

# PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA VIOLÊNCIA INFANTO-JUVENIL NA REDE DE SEGURANÇA PÚBLICA, EM FEIRA DE SANTANA

**Catarine Boaventura Bastos de Oliveira<sup>1</sup>; Maria Conceição Oliveira Costa<sup>2</sup>**

1. Bolsista FAPESB, Graduanda em Odontologia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: cati.boaventura@hotmail.com.

2. Orientadora, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: oliveiramco69@gmail.com.

**PALAVRAS-CHAVE:** violência infato-juvenil; conselho tutelar; CREAS.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, o fenômeno da violência tem impulsionado diversos setores do conhecimento, na consolidação de parcerias que visam múltiplos métodos de intervenção e prevenção, no enfrentamento deste obstáculo. Essa prática objetiva garantir a efetiva execução dos princípios assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, referentes às políticas direcionadas à violência social e interpessoal infanto-juvenil (MINAYO, 2002; MINAYO, 2004).

A OMS coloca a violência como desafio universal e traz a discussão para a importância da integração do setor saúde na Rede de prevenção e enfrentamento da violência, em conjugação com outros setores sociais, considerando o impacto positivo da interdisciplinaridade e intersetorialidade, no desenvolvimento de políticas, programas e ações de proteção, prevenção e intervenção, em resposta ao fenômeno da violência, particularmente, nos grupos mais vulneráveis (BRASIL, 2005; BRASIL, 2004a; BRASIL, 2004b; SCHRAIBER, 2006).

Trabalhar em rede é, antes de tudo, reconhecer que todos os indivíduos e organizações são dotados de recursos, de capacidades, de possibilidades, e que, também, são possuidores de fragilidades, de carências e de limitações. Ninguém e nenhuma organização é suficiente para responder e implementar ações totalmente resolutivas em seu próprio âmbito de atuação. Contudo, cada instituição ou pessoa em seu raio de ação tem algo a falar, a fazer, a propor e, especialmente, a contribuir para melhor compreensão do fenômeno e para proteção das crianças e dos adolescentes situação de risco (MOTTI, 2006).

A análise do perfil das violências pode favorecer o aprofundamento e entendimento dos padrões de variadas formas de agressões, caracterizando vítimas, agressores e denunciantes para subsidiar políticas e ações para um problema de elevada relevância e magnitude social, diante deste contexto, este estudo tem como objetivo traçar o perfil da violência e integralizar indicadores, segundo casos registrados nos Conselhos Tutelares e Centros de Referência Especializados/CREAS de Feira de Santana.

## MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada no município de Feira de Santana, consistindo em um estudo epidemiológico descritivo do tipo série de casos, com base em dados secundários das notificações efetuadas nos Conselhos Tutelares e Centros de Referência Especializados/CREAS.

A população do presente estudo é constituída dos registros de crianças, adolescentes, na faixa etária de 0 a 19 anos, de ambos os sexos, vítimas de violência, nos períodos de 2003 e 2009. Os dados foram analisados com o auxílio do programa estatístico Statistical Package for Social Sciences – SPSS, versão 10.0.

Foram descritos os perfis das violências e traçadas curvas de incidências, segundo dados sócio-demográficos de vítimas e tipos de violências registradas no município.

## RESULTADOS

Foram registrados nos Conselhos Tutelares e CREAS de Feira de Santana, no período de 2003, 675 casos de vitimização de crianças e adolescentes (Tabela 1). Os tipos de violência mais constantes foram negligência e violência física; as principais medidas adotadas pelas Instâncias foram notificação e encaminhamento para o CREAS.

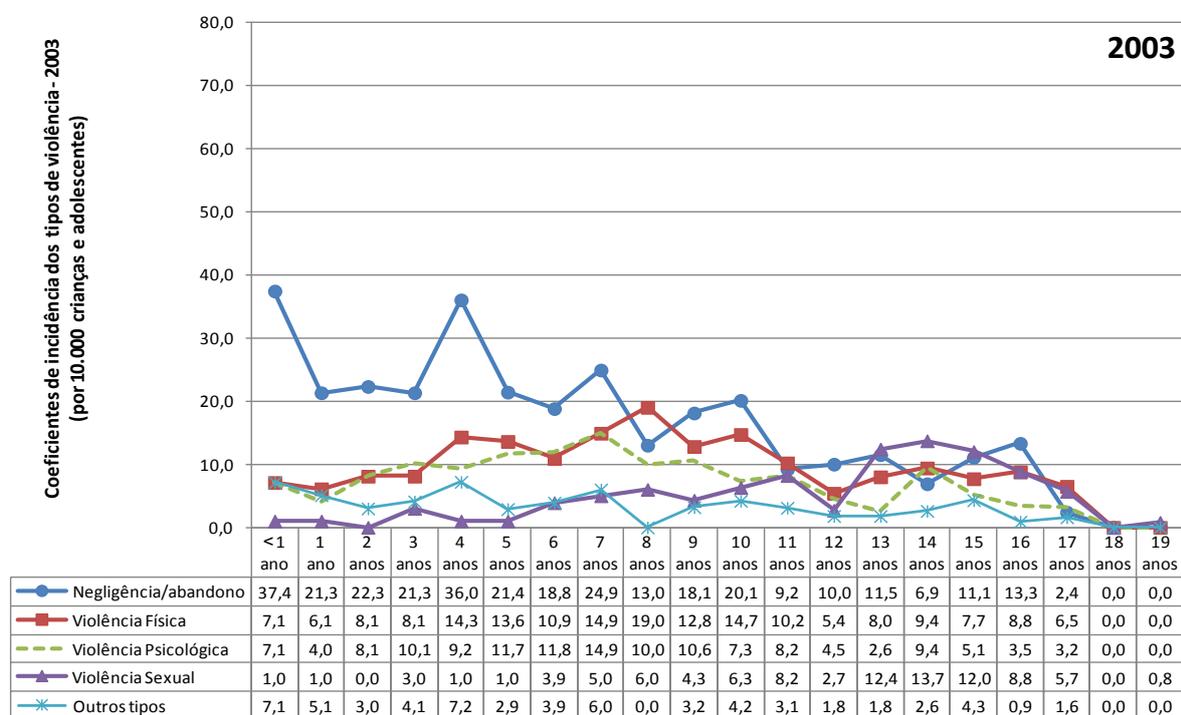
No que se refere às curvas de incidência dos diferentes tipos de violências contra crianças e adolescentes, segundo idade das vítimas (Figura 1), constatou-se que a negligência constituiu a violência com maior incidência, no total das ocorrências registradas sendo o maior risco de vitimização entre menores de um ano e aos quatro anos de idade. A violência física apresentou a segunda maior incidência na qual a faixa etária de maior incidência ocorreu entre sete e oito anos. A violência sexual mostrou risco de violação mais significativo na adolescência, os dados obtidos apontaram maior risco de vitimização na faixa dos 13 aos 15 anos. Por fim, o abuso psicológico apresentou acréscimo nos coeficientes aos sete anos e 14 anos de idade.

Os resultados desta pesquisa evidenciam a importância das ocorrências registradas no CREAS e Conselhos Tutelares, que contribuem bastante para ampliar o conhecimento da violência contra crianças e adolescentes, na perspectiva do Setor Saúde, auxiliando no levantamento de indicadores fundamentais na condução de políticas públicas, programas e práticas voltadas à prevenção, enfrentamento da violência e redução de danos. Nesta dimensão, devemos salientar a importância de maiores investimentos na integração interinstitucional e fortalecimento dessas Instâncias diante do desafio de identificar, notificar e encaminhar os casos, ampliando a resolutividade e assegurando proteção e direitos, especialmente nos grupos mais vulneráveis e menos favorecidos.

**Tabela 1** – Distribuição dos casos dos diferentes tipos de vitimização de crianças e adolescentes, segundo dados dos Conselhos Tutelares e Centro de Assistência Social no período de 2003. Feira de Santana, Bahia, Brasil

VARIÁVEIS	2003	
	n	%
Instituição		
Conselhos Tutelares	570	84,4
CREAS	105	15,6
Total	675	100,0
Tipos de denuncia		
Negligência	339	39,5
Violência física	199	23,3
Violência psicológica	147	17,1
Violência sexual	106	12,4
Outras	66	7,7
Trabalho infantil	7	10,6
Situação de rua	16	24,2
Outros	43	65,2
Total	857	100,0
Medidas adotadas		
Notificação	262	47,0
Sindicância	126	22,6
Acompanhamento/aconselhamento	108	19,3
Advertência	38	6,8
Audiência	24	4,3
Total	558	100,0
Encaminhamentos		
SEDES/CREAS	46	32,6
Juizado/MP/Defensoria pública	43	30,5
Delegacias/IML/DPT	27	19,1
Abrigos	14	10,0
Serviços de saúde	8	5,7
Escola/Centro de Apoio Pedagógico	3	2,1
Total	141	100,0

**Figura 1** – Coeficientes de incidência dos diferentes tipos de violências contra crianças e adolescentes, segundo idade das vítimas. Registros dos Conselhos Tutelares e Centro de Assistência Social – CREAS, no período de 2003. Feira de Santana, Bahia, Brasil.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do perfil das violências pode favorecer o aprofundamento e entendimento dos padrões de variadas formas de agressões, caracterizando vítimas, agressores e denunciante para subsidiar políticas e ações para um problema de elevada relevância e magnitude social, uma vez que crianças e adolescentes constituem uma parcela consideravelmente vulnerável da população que se encontra exposta aos fatores de risco familiar e social.

O aumento da participação de instâncias da Rede nas denúncias e encaminhamentos dos casos, assim como predomínio de denúncias anônimas, evidencia expressivo controle social e sugere sensibilização popular, possivelmente, pela Rede de Instâncias, disseminando informações e ampliando a atuação interinstitucional.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Violência faz mal à saúde. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004a, p. 17-22. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- BRASIL. Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Ministério da Educação. Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Rede de Proteção à Infância Adolescência. Brasília, 2004b. 163p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
- MINAYO, M. C. S. O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes In: WESTPHAL, M. F. (Org.). Violência e criança. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MINAYO, M. C. S. Contextualização do debate sobre violência contra crianças e adolescentes. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Violência faz mal à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. p. 13-16.

MOTTI, A. J. Â.; SANTOS, J. V. Redes de proteção social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades. In: Parâmetros de atuação do Sentinela – caderno 2: orientação à prática. Belo Horizonte: UFMG/MDS, 2006.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, M. T. Violência e saúde: estudos científicos recentes. Rev Saúde Pública, v. 40, p. 112-20, 2006.